

IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.

CNPJ nº 33.337.122/0001-27 - NIRE 33.3.0029040-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: 30 de abril de 2024, às 14 horas, na sede social da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Francisco Eugênio, nº 329, São Cristóvão, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.941-900. **Presença:** Compareceram à Assembleia: (i) a única acionista representando a totalidade do capital social; (ii) Presidente da Companhia, Sr. Leonardo Remião Linden; e (iii) o Sra. Cristiane Silva Leite, na qualidade de Diretora da Companhia e secretária da mesa, tendo sido dispensada a presença do representante dos auditores independentes, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 134, da Lei nº 6.404/76. **Publicações: Edital de Convocação:** Dispensada a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em virtude da presença da acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, na forma do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"). **Mesa:** Leonardo Remião Linden - Presidente. Cristiane Silva Leite – Secretária. **Ordem do Dia e Deliberações:** 1. Preliminarmente, foi autorizada, pelo voto da acionista da Companhia, a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. 2. Aprovar com a abstenção dos legalmente impedidos, nos termos do artigo 134, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, sem emendas ou ressalvas, o relatório e as contas dos administradores da Companhia, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas, o balanço patrimonial, além do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 3. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, cujo montante foi de R\$ 1.448.339.703,40 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e oito milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e três Reais e quarenta centavos), nos seguintes termos: a. R\$ 72.416.985,17 (setenta e dois milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e oitenta e cinco Reais e dezesseite centavos), destinados a reserva legal; b. R\$ 48.918.420,63 (quarenta e oito milhões, novecentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte Reais e sessenta e três centavos) destinados a reserva de incentivos fiscais; c. R\$ 914.227.482,13 (novecentos e quatorze milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e dois Reais e treze centavos), destinados a reserva de retenção de lucros; e d. R\$ 412.776.815,47 (quatrocentos e doze milhões, setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e quinze Reais e quarenta e sete centavos), referentes ao pagamento de dividendos propostos obtidos através da conta de lucro líquido do exercício social, pagas a única acionista conforme deliberado em Reunião de Diretoria realizada dia 27 de dezembro de 2023. 4. Aprovar, sem emendas ou ressalvas, o limite máximo global anual para a remuneração dos administradores de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de Reais). 5. Eleger, como membros da Diretoria da Companhia, as pessoas abaixo qualificadas, com mandato de 02 anos, até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2026, que examinará os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Como Presidente: • Leonardo Remião Linden**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1010446621 SSP/PCRS e inscrito no CPF/MF sob o nº 452.601.500-82. **Como Diretores: • Cristiane Silva Leite**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21.842.773-6 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 114.706.378-80; **• Francisco Carlos Ganzer**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.278.310 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 532.231.109-25; **• José Vianna Sampaio Neto**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 572806574 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 888.986.105-30; e **• Carlos Frederico Rezende**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 080145139 IPF/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 023.467.937-95. 5.1. Todos os Diretores possuem endereço comercial na Rua Francisco Eugênio, nº 329, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.941-900. 5.2. Consultados anteriormente, os Diretores eleitos declaram que (a) não estão incurso em qualquer delito que os impeçam de exercer as atividades do cargo para os quais foram designados; (b) não ocupam cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado em que atua; e (c) não possuem interesses conflitantes com a Companhia, de acordo com o artigo 147 da Lei nº 6.404/76. 6. Aprovar a alteração do objeto social da Companhia, para incluir as atividades de comércio atacadista de óleos e gorduras como item (q) do Artigo 3º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 3º - A Companhia, agindo por conta própria ou de terceiros, tem por fim: a) execução de operações de prospecção, exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural, condensado e outros hidrocarbonetos, incluindo trabalhos e atividades de geologia, geofísica, perfuração estratigráfica e de poços, coleta de testemunhos e de amostras de petróleo e gás natural, diagrfias dos poços e testes de formação e produção; b) construção e operação de oleodutos, gasodutos e polidutos para transporte de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos e produtos derivados dos mesmos, bem como unidades de tratamento, processamento e estocagem de petróleo ou gás natural; c) importação, exportação, armazenamento, beneficiamento de venda e distribuição de produtos de petróleo, gás natural, seus derivados e outros hidrocarbonetos permitidos por lei e demais produtos conexos e afins, inclusive pneumáticos, baterias e acessórios automobilísticos, como também os respectivos equipamentos, instalações, aparelhos e máquinas do ramo em geral, seja de origem nacional ou estrangeira; d) a fabricação, preparo, mistura, embalagem, importação, exportação, instalação e comercialização de materiais, produtos e equipamentos relacionados com a indústria do petróleo, a distribuição e comércio de equipamentos e mercadorias, inclusive acessórios e peças para indústria de veículos automotivos, graxas, solventes, lubrificantes, aditivos, produtos petroquímicos, bem como quaisquer outras atividades relacionadas com a indústria do petróleo; e) a prestação a terceiros de serviços técnicos, relacionados com as especialidades a que se dedica; f) o agenciamento de navios para entrega dos produtos de seu ramo; g) a venda de artigos de propaganda e quaisquer outros do comércio, desde que relacionados com os objetivos principais da empresa; h) a indústria, o comércio, a distribuição de produtos alimentares e artigos diversos, com a exploração de estabelecimentos comerciais destinados a funcionar como lojas de conveniência, minimercados, lanchonetes, fast food, bem como a venda ou locação de aparelhos eletrônicos e fotográficos em geral, filmes, cassetes, discos e a prestação de serviços e/ou venda de mercadorias correlatas, podendo as operações serem cedidas a terceiros; i) a**

prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica, administrativa, comercial e de marketing, a lavagem, a lubrificação em geral e a reparação de veículos, inclusive sob a forma contratual de franquia e, em geral, qualquer atividade comercial de intermediação de negócios ou serviços permitidos em lei; j) o incremento de exportação, por conta própria ou de terceiros, de produtos industriais brasileiros de qualquer natureza e todas as outras atividades requeridas para tal incremento de exportação, inclusive compra e venda de câmbio para operações de importação e exportação e outras; k) operação e manutenção de usinas termoeletricas, transformação de gás, produção e suprimento de energia elétrica, bem como participação de empreendimentos nas atividades referidas; l) o exercício de outras atividades ligadas ou conexas às constantes dos itens anteriores, inclusive a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, simples ou empresárias e empreendimentos comerciais industriais ou de serviços de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, desde que, se necessário, seja obtida autorização governamental; m) a constituição e participação em consórcios para execução das atividades ligadas ou conexas às constantes do seu objeto, descritas nesta cláusula; n) a importação e exportação, no atacado, de produtos e mercadorias, neles incluídas todas as commodities, inclusive petróleo cru, derivados de petróleo, solventes, asfaltos, álcool etílico (etanol combustível), produtos químicos e petroquímicos, lubrificantes, etanol, entre outros; o) a prestação de serviços necessários à consecução do seu objeto social, inclusive a legalização de documentos para a importação e exportação dos produtos citados no item (n); p) o transporte de cargas líquidas, sólidas e gás - derivados de petróleo e álcool, petroquímicos, químicos - e cargas em geral, por via rodoviária, ferroviária, fluvial, lacustre, oceânica e por via aérea nacional e internacional; e q) atividades de comércio atacadista de óleos e gorduras. **§ Único** A Companhia poderá adquirir ações, cotas ou participações em outras empresas. **Artigo 4º** A duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$ 4.668.601.563,44 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e um mil, quinhentos e sessenta e três reais, quarenta e quatro centavos), dividido em 224.467.228.244 (duzentos e vinte e quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, duzentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e quatro) ações, sendo 86.286.548.365 (oitenta e seis bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e cinco) ações ordinárias e 138.180.679.879 (cento e trinta e oito bilhões, cento e oitenta milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove) ações preferenciais. **§ 1º** As ações são escriturais, não têm valor nominal e são nominativas. **§ 2º** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§ 3º** As ações preferenciais não terão direito de voto e terão prioridade no reembolso do capital sem prêmio. **§ 4º** A Companhia poderá ter ações preferenciais sem direito de voto, até o limite de 50% do total de ações emitidas. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais - Artigo 6º** - A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. **Artigo 7º** - As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, salvo as exceções previstas em lei, instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto. Em segunda convocação, instalar-se-ão com qualquer número de presentes. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral será dirigida por uma mesa composta por um Presidente e um Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **Artigo 9º** - Além das matérias previstas em lei, caberá à Assembleia Geral: (i) eleger e destituir os diretores da Companhia, definindo as suas atribuições, designando seus respectivos cargos e fixando a remuneração global a qual farão jus; (ii) tomar as contas dos diretores, deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas e sobre a destinação do resultado do exercício; (iii) deliberar sobre aumento do capital social e emissão de ações, estabelecendo, inclusive, as suas condições; (iv) deliberar sobre o resgate, amortização, desdobramento, grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) deliberar sobre a redução do capital social; (vi) deliberar sobre qualquer reforma do estatuto social da Companhia; (vii) deliberar sobre qualquer fusão, cisão, transformação e/ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como a transferência de ativos que resulte na descontinuidade das atividades da Companhia; (viii) deliberar sobre pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou requerimento de falência da Companhia; (ix) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia, bem como eleger o liquidante; e (x) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 10º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 membros e, no máximo, 10 membros, todos residentes e domiciliados no país, podendo ser acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, sendo necessariamente um Presidente e os demais sem designação específica. **§ 1º** - A investidura no cargo far-se-á mediante assinatura do termo lavrado no livro de Atas de Reuniões de Diretoria. **§ 2º** - O prazo de gestão dos diretores, que continuarão no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos, será de 2 anos, permitida a reeleição. **Artigo 11** - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação de metade dos membros eleitos, podendo o diretor temporariamente impedido ou ausente fazer-se representar, mediante indicação escrita, por outro diretor, quer para a votação, quer para complementar o "quórum" de presença estabelecido nesse artigo. **§ 1º** - Das deliberações tomadas pela Diretoria, lavrar-se-á ata em livro próprio, que será arquivada no registro do comércio e publicada, quando tiver deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **§ 2º** - Caberá ao Presidente, além de seu voto, o voto de desempate. **Artigo 12º** - Observado o disposto nos artigos seguintes, a Diretoria terá as atribuições que a lei lhe outorga para realizar os objetivos sociais e assegurar o funcionamento regular da Companhia, sendo esta representada: (a) por 2 diretores em conjunto; (b) por 1 diretor em conjunto com 1 procurador; ou (c) por 2 procuradores com poderes especiais. **Artigo 13º** - Caberá, também, à Diretoria, além das matérias legais: (i) convocar, por qualquer de seus membros, as Assembleias Gerais da Companhia, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.; (ii) definir o esquema organizacional da Companhia, adotando uma estrutura organizacional eficiente, composta por profissionais qualificados e de reputação ilibada; (iii) decidir sobre a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e escritórios, inclusive fora do território nacional; (iv) a qualquer tempo, determinar a elaboração de balanços referentes a qualquer período e aprovar a distribuição de dividendos, intermediários ou intercalares, à conta do lucro apurado nos referidos balanços ou de lucros acumulados ou reservas de lucros, *ad referendum* da assembleia geral; (v) propor à Assembleia Geral a dissolução ou liquidação da Companhia, ou ainda, reforma do Estatuto Social, fusão, cisão ou incorporação sob qualquer modalidade; (vi) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; (vii) representar a Companhia, ativa e passivamente, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral; e (viii) prestar contas a todos os acionistas. **Artigo 14º** - Compete isoladamente ao Presidente as seguintes atribuições: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) representar a Companhia em Juízo, ativa ou passivamente; (iii) supervisionar e coordenar atividades e deveres dos demais diretores; (iv) gerir e administrar todos os negócios e atividades da Companhia, cumprir as determinações do Estatuto Social, as decisões da Assembleia Geral de Acionistas e da Diretoria; e (v) propor a remuneração global dos diretores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas; **Artigo 15º** - Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte: (i) em caso de ausência e impedimento ocasional, por período de até 60 dias, do Presidente, caberá aos diretores, eleger seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituído exercer temporariamente as funções de Presidente até o retorno deste; e (ii) em caso de vacância permanente de qualquer diretor, seu cargo permanecerá vago até a próxima Assembleia Geral. **Artigo 16º** - Compete aos diretores cooperar com o Presidente no desempenho de suas atribuições. Para esse fim, poderão ser designados, em conjunto ou separadamente, para supervisionar atividades específicas de interesse da Companhia. **Artigo 17º** - A Companhia poderá, mediante assinatura conjunta de 2 de seus diretores, constituir mandatários, especificando na procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula ad judicium cuja validade poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 18º** - A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente, eleito pela Assembleia Geral que decidirá instalá-lo, a qual caberá fixar sua remuneração. Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos. **§ 1º** O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo a função de seus membros indelegável. **§ 2º** Somente receberá remuneração o Conselheiro Fiscal que efetivamente exercer suas funções e sua remuneração será proporcional ao tempo de funcionamento. **Artigo 19º** As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são os definidos em Lei. **Capítulo VI - Demonstrações Financeiras, Reservas e Dividendos - Artigo 20º** O exercício social terá a duração de 1 ano, terminando no dia 31 de dezembro. **Artigo 21º** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as seguintes demonstrações financeiras, exprimindo com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício: I Balanço Patrimonial; II Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; III Demonstração do Resultado do Exercício; e IV - Demonstração dos fluxos de caixa. **Artigo 22º** - O resultado do exercício constituirá o lucro líquido do exercício, do qual 5% serão aplicados na constituição da reserva legal até que a mesma atinja 20% do capital social. Do restante, até 70%, serão destinados à Reserva para Capital de Giro e Conservação e Melhoramento das Instalações. **§ 1º** - A Reserva para Capital de Giro e Conservação e Melhoramento das Instalações não poderá ultrapassar o Capital Social. **§ 2º** - A destinação dos lucros para a constituição da Reserva para Capital de Giro e Conservação e Melhoramento das Instalações, com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, não poderá ser aprovada em cada exercício, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório de que trata o artigo 23 deste Estatuto Social. **Artigo 23º** A Companhia distribuirá anualmente como dividendo obrigatório 25% do lucro líquido definido no artigo 22 deste Estatuto Social, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I quota destinada à constituição da reserva legal; II importância destinada à formação de reservas de contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; III lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido eventualmente declarados no exercício; e IV - dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício. **§ Único** - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. **Artigo 24º** Os dividendos ou juros sobre o capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 dias a contar da data de deliberação do seu pagamento, prescrevendo o direito a seu recebimento, por parte do acionista que não o exercer, no prazo de 3 anos, a contar da data do início de pagamento de cada dividendo ou juros. **Capítulo VII - Da Liquidação - Artigo 25º** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na Lei, competindo à Assembleia Geral deliberar sobre o processo da mesma liquidação; eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante a liquidação e fixar-lhes a respectiva remuneração. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Empresa: Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - NIRE: 333.0029040-1 - Protocolo: 2024/00528088-9 - Data do protocolo: 21/06/2024. Certifico o Arquivamento em 24/06/2024 sob o número 0006305216 e demais constantes do termo de autenticação.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>